

Externa Dívida da América Latina sem solução a curto prazo

por Milton Gamez
de São Paulo

A crise da dívida externa da América Latina não tem solução possível a curto prazo se depender dos esforços de redução do endividamento propostos pelo Plano Brady. Por enquanto, essa é a conclusão a que chegam os países latino-americanos em face da estratégia apresentada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, para solucionar os problemas do débito crescente dos países do Terceiro Mundo.

Em entrevista via satélite pelo programa Wordnet Dialogue (patrocinado pelo governo norte-americano), o assistente do secretário do Tesouro, David Mulford, deixou claro ontem que a redução da dívida tomará um certo tempo para apresentar resultados.

Respondendo a questões de jornalistas de Buenos Aires, Caracas e Cidade do México, Mulford — principal articulador do plano — enfatizou que a proposta de redução de 20% da dívida externa de 39 países em três anos deverá seguir os princípios do mercado financeiro internacional. Para ele, os países devedores devem manter estáveis as relações com os bancos credores, para não “assustá-los”. Isto significa que o pagamento do serviço da dívida e o monitoramento do FMI e Banco Mundial sobre as economias devem continuar sem rupturas, para que os bancos possam “perceber um interesse de melhora, mantendo assim os necessários créditos” à realização do plano.

BANCOS PERDEM

Segundo Mulford, além da necessidade de novos créditos, os bancos deverão estar dispostos a arcar com perdas sobre a atual dívida, oferecendo aos países credores descontos sobre os títulos da dívida a serem recomprados com recursos especiais do FMI e Banco Mundial (25% do montante dos empréstimos concedidos pela instituição deve-



David Mulford

rão ser utilizados para redução da dívida). De fato, os títulos da dívida externa de países do Terceiro Mundo são negociados com até 80% de desconto sobre o valor de face no mercado secundário internacional, sobre o qual os países devedores não são beneficiados de forma alguma.

O secretário de Brady refutou colocações de que a iniciativa, apesar das boas intenções, é muito modesta e vem muito tarde (“too little, too late”). Para ele, 20% “não é absoluto nem pouco razoável. É factível, possível”. Otimista, Mulford acredita que o sucesso do Plano dependerá da negociação voluntária entre os bancos e os países credores, descartando criação de fundos específicos pelo governo norte-americano para amenizar os problemas imediatos dos países devedores. Se os países não se ajustarem às reformas econômicas sugeridas pelos organismos multilaterais de crédito, será inútil qualquer injeção nova de dinheiro, ponderou.

Nesse quadro, o Brasil não estaria entre os primeiros a se beneficiarem do Plano Brady, uma vez que o País deve apresentar, de acordo com a orientação econômica do FMI e do BIRD, redução substancial do déficit público, da inflação, reprivatização de onerosas empresas estatais, enfim, seguir à risca a política monetária das instituições.